

Os rendeiros de dízimos na transição do Absolutismo para o Liberalismo*

Daniel Alves

Mestre em História dos Séculos XIX-XX (secção do século XIX) pela FCSH;
Assistente convidado no Departamento de História da FCSH desde Março de 2002; curriculum resumido do autor:
<http://www.fcsh.unl.pt/deps/historia/dep/docentes/DanielRibeiroAlves.asp>

1 - Introdução

Por portaria de 29 de Novembro de 1830, por iniciativa do Conselho de Estado, a Real Cúria da Fazenda mandou D. Maria II realizar um inquérito sobre os "dízimos reais" no Reino (Alves, 1999, p. 10). Este inquérito foi realizado entre 1830 e 1832, tendo sido o primeiro de uma série de medidas que visavam a reorganização da administração pública e a melhoria da eficiência do Estado. O inquérito foi realizado em todas as freguesias do Reino, tendo sido o primeiro de uma série de medidas que visavam a reorganização da administração pública e a melhoria da eficiência do Estado.

O inquérito de 1830, porém, não foi apenas uma medida administrativa, mas também uma medida política. A Real Cúria da Fazenda, ao realizar o inquérito, estava a tentar estabelecer uma base de dados sobre a situação financeira do Reino, o que era essencial para a tomada de decisões sobre a política fiscal. A Real Cúria da Fazenda, ao realizar o inquérito, estava a tentar estabelecer uma base de dados sobre a situação financeira do Reino, o que era essencial para a tomada de decisões sobre a política fiscal.

Foram enviados 414 questionários para as freguesias do Reino, tendo sido recebidos 314 respostas. As respostas foram reunidas e analisadas, tendo sido elaborada uma síntese dos resultados. A Real Cúria da Fazenda, ao realizar o inquérito, estava a tentar estabelecer uma base de dados sobre a situação financeira do Reino, o que era essencial para a tomada de decisões sobre a política fiscal.

Este inquérito foi o primeiro de uma série de medidas que visavam a reorganização da administração pública e a melhoria da eficiência do Estado. A Real Cúria da Fazenda, ao realizar o inquérito, estava a tentar estabelecer uma base de dados sobre a situação financeira do Reino, o que era essencial para a tomada de decisões sobre a política fiscal.

* Este texto corresponde a uma versão significativamente reduzida de um dos capítulos da tese de mestrado do autor, *Os Dízimos no Final do Antigo Regime: Aspectos Económicos e Sociais (Minho, 1820-1834)*, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH) da Universidade Nova de Lisboa, em Dezembro de 2001.

I – Introdução

Por portaria de 29 de Novembro de 1836, por intermédio da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, mandava D. Maria II realizar um inquérito sobre os “dízimos cobrados em cada paróquia (...) [nos] anos de 1827 a 1831”¹.

Procuravam os liberais, na fase setembrista, conhecer “todos os elementos estatísticos” sobre uma prestação eclesiástica que até à sua abolição, por Mouzinho da Silveira em 30 de Julho de 1832², tinha sido uma fonte de rendimentos importante para a Igreja, e mesmo para a Nobreza, ao mesmo tempo que representara uma forte imposição de tipo fiscal sobre a produção agrícola³.

O inquérito de 1836, porém, não dá apenas informação sobre a produção agrícola e a distribuição social dos dízimos, mas fornece igualmente dados significativos para a análise da forma de cobrança dos mesmos e sobre os agentes que nela intervinham, nomeadamente, sobre os rendeiros. A visão que nos é dada por esta fonte, contudo, não permite uma caracterização cabal deste grupo de indivíduos e das suas actividades. Os rendeiros que refere, por exemplo, são na sua maioria os que efectivamente cobravam as rendas nos campos. Para compreender melhor o perfil social e económico destes indivíduos, as relações que estabeleciam com os usufrutuários das rendas, as características dos contratos de cobrança e a própria estrutura das redes de contratadores, foi necessário recorrer a outras fontes, designadamente, as notas dos tabeliães, os registos notariais do Antigo Regime.

Foram analisados 444 contratos exclusivamente sobre, ou que incluíam, dízimos⁴. Trata-se de contratos realizados em diversos notários de várias localidades do Minho e de Lisboa e respeitantes a uma gama variada de entidades, desde a Casa do Infantado à Mitra Primaz, da nobreza aos membros dos cabidos e colegiadas, passando pela Igreja Patriarcal, entre outras instituições e indivíduos.

¹ *Collecção de Leis e outros Documentos Officiaes publicados desde 10 de Setembro até 31 de Dezembro de 1836*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1837, pp. 175-176.

² *Dicionário de História de Portugal*, Vol. V, pp. 584 a 589 e Miriam Halpern Pereira (coord.), *Mouzinho da Silveira. Obras*, Vol. I, pp. 21-294, em especial, 223 a 266.

³ Os resultados deste inquérito estão depositados no Arquivo Histórico do Ministério das Finanças (AHMF), na Torre do Tombo (IAN/TT), em diversas caixas. As respostas dos distritos de Viana e Braga utilizadas na tese de mestrado referida estão guardadas, respectivamente, nas caixas n.º 4306 e 4308. Uma análise detalhada sobre o processo de inquérito, os seus objectivos e a metodologia de análise dos seus dados pode ser encontrada nos Anexos 1 e 2 da tese.

⁴ Ao todo foram recolhidas informações em cerca de 520 contratos, pois para alguns rendeiros houve necessidade de procurar informações adicionais sobre as suas actividades.

Foi assim possível elaborar uma visão muito aproximada do que seria a realidade da cobrança de dízimos e do perfil dos rendeiros. O estudo que aqui se apresenta corresponde somente à segunda perspectiva, às informações sobre os rendeiros, a sua caracterização sócio-económica, as suas actividades e o seu papel na distribuição do produto dos dízimos, mas também sobre o que a transição do Absolutismo para o Liberalismo trouxe a estes homens, em termos de mudanças e novas expectativas.

O clausulado muito exigente imposto aos que pretendiam ficar com a cobrança dos dízimos implicava à partida uma selecção dos candidatos a rendeiros⁵. Para além disso, era restrito o grupo de indivíduos que se podiam deslocar a Braga ou, por maioria de razão, a Lisboa para aí contratar o arrendamento dos dízimos. Reduzido seria também o número daqueles com capacidade financeira para contratar grandes conjuntos de rendas em bloco ou mesmo ficar com contratos que, em média, no conjunto dos contratos inventariados, representavam um investimento anual de mais de 1 conto de réis. A tudo isto havia depois que juntar a necessidade de apresentar fiadores e um conjunto de bens móveis e de raiz que servissem de garantia à escritura.

Apesar de tudo, numa área que pouco ia além das comarcas eclesiásticas de Braga e Valença, num conjunto de anos relativamente restrito, entre 1825 e 1832, encontrámos um conjunto de quase 500 indivíduos que se dedicavam à actividade de rendeiros, com os dízimos cobrados no mundo agrícola minhoto.

II – Quem eram os rendeiros dos dízimos?

Quem eram, afinal, estes rendeiros? Formariam um grupo homogéneo, com características sócio-económicas semelhantes? A resposta a esta última questão é que não havia um rendeiro-tipo de dízimos, mas sim dois, no caso de observarmos a sua forma de actuação em relação ao negócio da cobrança dos dízimos, como veremos mais adiante, ou três, se considerarmos a sua posição sócio-económica e localização geográfica. Efectivamente, a observação sobre os dados das suas residências e das áreas geográficas de trabalho, por um lado, e sobre as suas profissões e diversificação de interesses, de que se falará adiante, leva a considerar três grupos, mais ou menos, distintos: um, actuando a um nível local, relativamente, indiferenciado em termos económicos e sociais; outro, a uma escala regional que pode ser claramente identificado e

⁵ Sobre as cláusulas dos contratos de dízimos ver *Os Dízimos no Final do Antigo Regime...*, pp. 155-196.

caracterizado; por fim, uma elite de indivíduos a trabalhar ao nível do país ou à escala do arcebispado e para a qual o dízimo era, apenas, mais um negócio.

Quadro 1 – Idade dos rendeiros

Idade em 1827	N.º	%
menos de 40 anos	7	23,33
40 - 50 anos	15	50,00
Mais de 50 anos	8	26,67
Total c/dados	30	100,00
<i>Desconhecido</i>	452	93,78
Total geral	482	

Quadro 2 – Estado civil dos rendeiros

Estado civil em 1827	N.º	%
Casado	47	81,03
Solteiro	6	10,34
Viúvo	5	8,62
Total c/dados	58	100,00
<i>Desconhecido</i>	424	87,97
Total geral	482	

Apesar de esporadicamente poderem aparecer mulheres, sempre acompanhadas de um elemento masculino, normalmente, um familiar, os rendeiros eram homens, na sua maioria casados e, na época estudada, rondando os 40 a 50 anos (quadros 1 e 2)⁶.

Nem todos exerciam a actividade da mesma forma ou com a mesma intensidade e nem todos o faziam com o mesmo objectivo. A motivação, essa, era a mesma: retirar lucro do negócio dos arrendamentos de dízimos.

⁶ Fonte de todos os quadros: Inquérito de 1836, contratos notariais e vários almanaques dos anos de 1807 a 1837.

subarrendamentos. Os segundos eram homens ligados à agricultura, com um conhecimento particular do campo de acção onde actuavam, a cobrança dos dízimos na “eyra, & lagar” das freguesias⁸.

Uma grande maioria dos contratos de arrendamento sobre dízimos de grandes beneficiários de Lisboa, como a Casa do Infantado, a Igreja Patriarcal ou a nobreza, eram realizados por negociantes aí residentes. Depois eram os próprios que, ainda na capital, subarrendavam a indivíduos residentes nos concelhos de Braga, Guimarães, Barcelos ou Caminha, na maioria dos casos negociantes ou lavradores. Eram estes indivíduos que cobravam as rendas ou que, por fim, faziam um último subarrendamento a rendeiros normalmente residentes nas freguesias onde se cobravam os dízimos arrendados ou em freguesias próximas.

Quadro 4 – Profissão dos rendeiros⁹

Profissão	N.º	%
Negociante	85	54,49
Lavrador	31	19,87
Capitão	3	1,92
Escrivão	3	1,92
Abade	2	1,28
Boticário	2	1,28
Comerciante	2	1,28
Ferreiro	2	1,28
Mercador	2	1,28
Ourives	2	1,28
Padeiro	2	1,28
Pároco	2	1,28
Proprietário	2	1,28
Alfaiate	1	0,64
Alferes	1	0,64

⁸ Esta é uma expressão usada nas Constituições Sinodais de Braga, nos capítulos que tratam as normas que deveriam reger a cobrança dos dízimos. Cf. *Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga ordenadas no anno de 1639 pelo Illustrissimo Senhor Arcebispo D. Sebastião De Mato e Noronha: E mandadas imprimir a primeira vez pelo Illustrissimo Senhor D. João de Sousa*, Lisboa, 1697, p. 381.

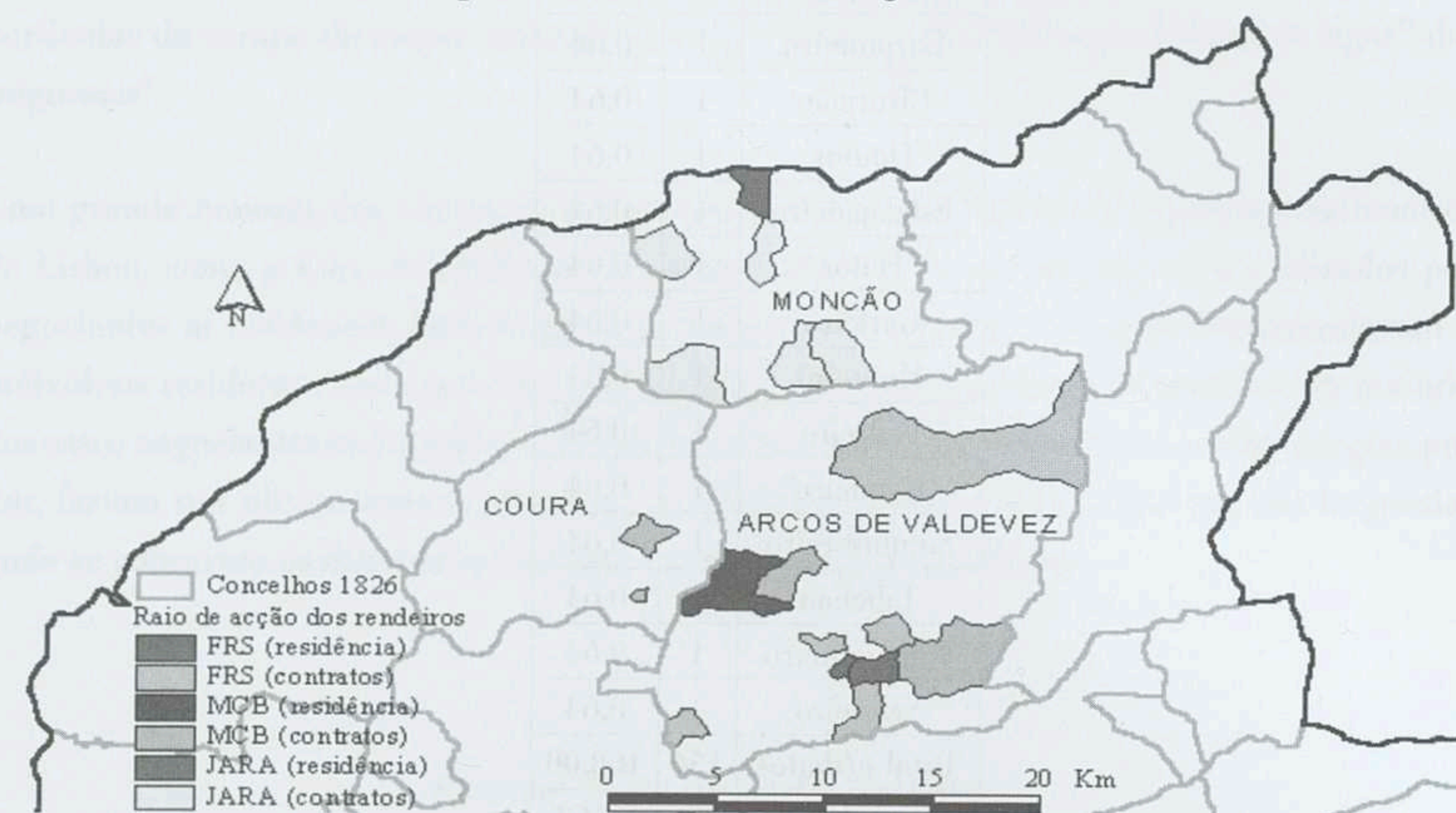
⁹ Fontes: além das já referidas nos restantes quadros, IAN/TT, chancelarias régias e actas das vereações do núcleo do Desembargo do Paço; Arquivo Histórico Parlamentar (AHP), Assembleias Eleitorais Monárquicas.

Armador	1	0,64
Carpinteiro	1	0,64
Cirurgião	1	0,64
Doutor	1	0,64
Estalajadeiro	1	0,64
Feitor	1	0,64
Garfeiro	1	0,64
Monteiro	1	0,64
Pedreiro	1	0,64
Rendeiro	1	0,64
Sombreireiro	1	0,64
Tabelião	1	0,64
Tamanqueiro	1	0,64
Vendeiro	1	0,64
Total c/dados	156	100,00
Desconhecido	326	67,63
Total geral	482	

No caso das rendas de grandes beneficiários residentes no arcebispado, como a Mitra, o Cabido, a Colegiada de Guimarães e os respectivos membros, eram os rendeiros de Braga e Guimarães, novamente negociantes, mas já alguns lavradores, que se destacavam. Existia depois um conjunto relativamente amplo de médios rendeiros que arrendavam a cobrança dos dízimos a nível local e, ocasionalmente, regional, por vezes subarrendando os contratos conseguidos pelos primeiros. Aqui destacavam-se negociantes das cidades e vilas mais dinâmicas do Minho, como Braga, Guimarães, Viana, Ponte de Lima, Caminha ou Arcos de Valdevez. Mas também alguns lavradores, gente das ordenanças e um ou outro mestre de ofício.

Por fim, encontrava-se uma miríade de pequenos rendeiros que trabalhavam essencialmente ao nível local, contratando os dízimos da freguesia de residência ou das freguesias vizinhas.

Mapa 2 – Raio de acção de alguns rendeiros



Notas à legenda: FRS = Frutuoso Rodrigues da Silva; MCB = Manuel Caetano de Barros; JARA = João António Rodrigues de Araújo.

Veja-se alguns casos de rendeiros mais pequenos. Os de Arcos de Valdevez são um bom exemplo dos que, aparentemente, contratavam em exclusivo dízimos perto da área de residência (mapa 2). Frutuoso Rodrigues da Silva, negociante daquela vila, em 1828, arrendou a comenda de S. Cosme e Damião de Ázere. Em 1831, ficou com o contrato respeitante às igrejas de Ázere e Cabreiro. Todas eram cobradas em freguesias do concelho de Arcos de Valdevez¹⁰. O mesmo aconteceu com Manuel Caetano de Barros, morador em Senharei. Os dízimos que contratou em 1828 referiam-se a freguesias do mesmo concelho, Vale e Rio de Moinhos. A excepção neste caso corresponde às rendas da freguesia de Cristelo, do concelho de Coura, a pouco mais de 3 km¹¹. Um exemplo mais, desta feita, relativo a Monção. João António Rodrigues de Araújo era negociante e residente na vila. Entre 1826 e 1830 celebrou 6 contratos sobre diversas rendas, curiosamente, todas de conventos de Braga e Viana e de cônegos da Sé e todas situadas no concelho¹².

¹⁰ Cf. Arquivo Distrital de Viana do Castelo (ADVC), Notários-Viana, Luís Xavier da Costa Pereira, 4.34.4.23, fl. 75v-76v e 4.34.4.26, fl. 35-35v.

¹¹ Cf. Arquivo Distrital de Braga (ADB), Notários-Braga, Manuel Martins da Silva, Lv. 936, fl. 156-157 e Lv. 937, fl. 62v-63v.

¹² Cf. ADB, Notários-Braga, José Bento Ferreira Couto, Lv. 176, fl. 89v-90, fl. 90v-91 e Lv. 179, fl. 25-26; António José Gomes Chaves, Lv. 171, fl. 56-57; ADVC, Notários-Viana, Luís Xavier da Costa Pereira, 4.34.4.22, fl. 50-50v; 4.34.4.23, fl. 97v-98v e 4.34.4.25, fl. 93v-94.

III – A gestão dos contratos de dízimos: sociedades, actividades e lucros

Como é óbvio, a existência destes vários níveis de rendeiros propiciava o estabelecimento de relações entre eles, construindo-se uma espécie de teia que se interpunha entre o beneficiário das rendas e os que a elas estavam sujeitos, os camponeses.

Em casos extremos encontramos quatro degraus, quatro níveis de rendeiros a participar no negócio dos dízimos. As rendas da Igreja Patriarcal de Lisboa são um dos exemplos. A totalidade das mesmas foi, em 5 de Julho de 1825, arrendada a um grupo de sócios em Lisboa. No ano seguinte, em 18 de Março, uma parte, correspondente à “Terça da Mitra” do Arcebispado de Braga, foi subarrendada a Manuel José Ribeiro da Silva, comerciante em Braga¹³. Este, por sua vez, entre Abril e Setembro de 1826 sublocou diversos ramos dessas rendas a vários rendeiros, um pouco por toda a diocese. Logo em 24 de Abril contratou com João Pedro de Matos, lavrador do concelho de Guimarães, a parte relativa ao Arcediagado de Fonte Arcada e mais algumas igrejas¹⁴. Nestas últimas incluía-se a de Taboças que em 19 de Junho foi subarrendada a Francisco José Martins Matos morador na freguesia próxima de Taíde¹⁵.

Negócio arriscado, pelas pesadas cláusulas que eram impostas pelos beneficiários, mas, também, muito rentável, em especial, para os intermediários cujos lucros na realização destes arrendamentos e subarrendamentos poderiam ultrapassar os 48%. Lucro que, por vezes, podia ser conseguido no espaço de poucos meses, ou mesmo dias, e que era o objectivo, na maioria dos casos realizado, de cada um dos subarrendamentos.

Um caso verdadeiramente exemplar desta realidade é o da Comenda de S. Salvador de Bravães arrendada pelo conde de Sabugal, em Dezembro de 1825, a um negociante de Lisboa por 350\$000 réis anuais durante 4 anos. Numa data entre Abril e Maio de 1826 este negociante subarrendou a comenda a Paulo João Cruz Viana, negociante em Braga, por 520\$000 réis anuais durante os mesmos 4 anos. Conseguiu assim um lucro anual superior a 48%! Este, por sua vez, subarrendou a mesma apenas por 2 anos, em Junho de 1826, pelo valor anual de 700\$000 réis a Domingos José Arantes, morador em Lage, concelho de Larim. O lucro foi agora equivalente a cerca de 34%¹⁶.

¹³ IAN/TT, Igreja Patriarcal de Lisboa, Lv. 49, fl. 28v-34 e Notários-Lisboa, Cartório 7b, Cx. 39, Lv. 295, fl. 22-23.

¹⁴ ADB, Notários-Braga, José Bento Ferreira Couto, Lv. 176, fl. 119-119v.

¹⁵ Arquivo Municipal de Guimarães (AMG), Notários-Guimarães, Nicolau Teixeira de Abreu, N 1390, fl. 117-118.

¹⁶ Cf. IAN/TT, Notários-Lisboa, Cartório 15, Lv. 850, fl. 49-50 e ADB, Notários-Braga, José Bento Ferreira Couto, Lv. 177, fl. 44-45.

Este facto trazia algumas consequências que são interessantes de realçar. Lucrando os rendeiros, cada um dos rendeiros envolvidos, é óbvio que os valores dos contratos primordiais e, logo, os montantes que ficavam disponíveis para os beneficiários eram, claramente, subavaliados, representando um prejuízo significativo para estes. Por sua vez, a especulação exercida pelos vários rendeiros à medida que se desce em direcção aos campos levava, com certeza, a que o último deles exercesse uma verdadeira “opressão sobre os agricultores”, nas palavras de José Tengarrinha, no sentido de não lhes conceder qualquer isenção nos dízimos e controlando, inclusive, pelo seu conhecimento do mundo local – veja-se o papel de relevo ocupado pelos lavradores – as tentativas de fuga ao pagamento ou ocultação da produção.

Não surpreende, por isso, que no final do Antigo Regime se mantivesse muito vivo o quadro de “protestos, levantamentos e revoltas das populações” contra a actividade dos contratadores, sujeitas que estavam aos “arbitrios e abusos na cobrança das rendas”, certamente, praticados por estes homens e que eram significativos no fim da centúria anterior¹⁷.

Uma maior pressão fiscal oprimia os que estavam sujeitos ao pagamento dos dízimos. Aqueles que detinham o direito de os cobrar, os beneficiários, para além de verem os seus rendimentos baixar artificialmente na exacta medida da especulação dos rendeiros, sofreram também, desde a Revolução de 1820, com a quebra acentuada e generalizada que então se verificou nos valores dos contratos, fruto da crise económica e política. Porém, cabe perguntar, para além da influência dos preços agrícolas, se o papel dos rendeiros não terá sido fundamental para a verificação, depois de passada a convulsão de 1821-23, de uma quase estagnação naqueles mesmos valores?

Para esta situação contribuiria, certamente, um conjunto de estratégias de gestão destes contratos levadas a cabo pelos rendeiros. Destas destacavam-se as sociedades, umas vezes formalizadas, outras provavelmente informais, traduzidas na entreajuda familiar e nas relações estabelecidas com os fiadores.

Para conseguir contratar grandes volumes de rendas que, depois, permitiam a realização de chorudos lucros, através da subcontratação de ramos mais pequenos, estes homens, normalmente negociantes de profissão, associavam-se entre si. Desta forma juntavam os capitais suficientes, eliminavam o factor concorrencial e geriam de uma forma mais eficaz os

¹⁷ Cf. Albert Silbert, *Le Problème Agraire Portugais au Temps des Premières Cortès Libérales*, Paris, PUF, 1968, pp. 240-244; José Tengarrinha, *Movimentos Populares Agrários em Portugal*, Mem-Martins, Europa-América, 1994, vol. I, pp. 244-248.

contratos de subarrendamento. Isto ao nível da elite dos rendeiros, em Lisboa e, em menor número, em Braga. O caso já referido dos contratos da Igreja Patriarcal de Lisboa é um dos exemplos dessas sociedades formalizadas.

Estas funcionavam igualmente com contratos mais pequenos e onde o objectivo podia ser, também, a cobrança efectiva. Nestes casos, era comum associarem-se um angariador dos contratos, normalmente, residente em Lisboa, Porto ou Braga, um ou dois sócios capitalistas, normalmente residentes em Braga ou Viana, e um último elemento, residente na freguesia ou no concelho onde se localizavam as rendas.

Uma destas sociedades é descrita nas notas de um tabelião de Viana. José António Martins Viana, negociante na capital do Alto Minho, em Março de 1827, firma uma sociedade para gerir a cobrança das rendas da comenda de S. Cristina de Afife com António Luís Pereira, também ele de Viana, Tomás Alves Conceição, negociante em Afife, e Manuel Gomes Costa, negociante do Porto. Observa-se então uma junção de interesses entre dois sócios que vivem em Viana, provavelmente os capitalistas da sociedade que implicava um pagamento anual de 805\$000 réis, e um terceiro que morava na freguesia onde eram cobradas as rendas, um possível administrador. Aparece ainda um quarto elemento, do Porto. Porquê? O contrato de sociedade também responde a esta questão. Tinha sido precisamente naquela cidade, em Dezembro de 1826, que a sociedade tinha subarrendado a referida comenda das mãos de Sebastião José Ferreira, negociante em Lisboa¹⁸.

Tanto este tipo de gestão, como as simples sociedades de dois indivíduos, mais frequentes, eram, igualmente, campo preferencial de actuação de membros de uma mesma família. Por vezes, estas sociedades familiares funcionavam a partir da necessidade do recurso a fiadores estabelecida como norma geral nos contratos.

Esta ligação entre os rendeiros e os fiadores constituía, por vezes, um aspecto curioso e representava igualmente uma forma de gestão, tanto dos contratos, como das próprias arrematações dos mesmos. Com alguma frequência, aquilo que se julgava ser uma simples relação rendeiro/fiador funcionava depois como uma verdadeira sociedade e, por vezes, indiciava mesmo uma prática fraudulenta. Havia casos de aparente rotatividade concorrencial entre contratadores que resultavam, efectivamente, em sociedades onde apenas mudavam, de contrato a contrato, os “testas de ferro”. Era, aliás, uma forma de actuação que percorria todos os níveis de rendeiros.

¹⁸ Cf. ADVC, Notários-Viana, Luís Xavier da Costa Pereira, 4.34.4.22, fl. 116.

Um exemplo curioso que se pode apontar refere-se à actividade de José Ferreira Pinto Basto. O conhecido contratador-geral dos Tabacos, entre 1809 e 1837, dedicava-se também ao negócio do arrendamento de dízimos. São poucos os contratos (5) onde detectámos a presença do fundador da fábrica Vista Alegre e referem-se todos a comendas. Curiosamente, em três deles ficou como fiador do acima nomeado Sebastião José Ferreira e nos outros dois actuou como seu sócio ao lado de outros negociantes, isto, entre 1819 e 1826¹⁹. O primeiro, com um valor anual superior a 14 contos de réis, é realizado dois anos apenas após a sua vinda para Lisboa e refere-se à Comenda de S Marinha de Avanca, precisamente, da região de Aveiro, onde fundou importantes fábricas de moagem e soda²⁰.

Por este e outros exemplos que se poderiam registar, é possível verificar que os grandes contratadores de dízimos, em especial os que viviam em Lisboa, Braga ou mesmo Guimarães, não se restringiam a este negócio, apesar dos lucros que poderiam com ele conseguir. Faziam dele, isso sim, um complemento para as restantes actividades. Por um lado, os grandes capitais que geriam e/ou os avultados bens que possuíam davam-lhes margem de manobra suficiente para garantirem grandes contratos de dízimos. Por outro lado, usavam esses mesmos contratos, certamente, para fazer florescer as outras actividades²¹. Será mera coincidência, por exemplo, que um grande negociante como Pinto Basto arrende dízimos (nos quais os cereais tinham um peso fundamental) precisamente na região onde possuía uma fábrica de moagem? Parece evidente que não.

IV – Um grande contratador de dízimos: João Ferreira Troca

Atrás ficaram registados um conjunto de rendeiros que podem ser considerados como a elite regional e nacional dos contratadores de dízimos. Homens de negócios que investiam grandes somas de dinheiro nos arrendamentos, tanto de rendas eclesiásticas, como de impostos e taxas diversas. Negociantes que gravitavam em torno do Estado, jogando com os seus contratos e, ao mesmo tempo, servindo de seus fornecedores, seja em dinheiro, seja em abastecimentos de diversos géneros. Produtos que comercializavam em lojas ou por grosso ou que produziam nas suas fábricas. Alguns juntavam a tudo isto um conjunto de bens de raiz digno de nota.

¹⁹ Cf. IAN/TT, Mesa da Consciência e Ordens, Lv. 273, fl. 63, Lv. 274, fl. 92-92v e fl. 93-93v; Notários-Lisboa, Cartório 9b, Cx. 48, Lv. 234, fl. 56v-57v e Cartório 15, Lv. 853, fl. 25v-27.

²⁰ Sobre a vida e negócios de José Ferreira Pinto Basto veja-se AAVV, *Dicionário Enciclopédico da História de Portugal*, Lisboa, Publicações Alfa, Vol. II, 1985, p. 113.

²¹ Esta polivalência dos negociantes é atestada por Jorge Miguel Pedreira em *Os homens de negócio da praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822)*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1995, pp. 62, 63, 76 e 105.

Tudo isto e um pouco mais é o resumo da vida de negócios de João Ferreira Troca, um caso exemplar e extraordinário de rendeiro de dízimos, cuja importância e influência fomos aos poucos descobrindo, a ponto de decidirmos aprofundar melhor o nosso conhecimento acerca deste indivíduo e das suas actividades.

Era natural de S. Antão do Tojal e filho de Veríssimo Ferreira. Terá nascido cerca de 1770²². O apelido “Troca” não era de família, mas aparentemente resultara de uma alcunha relacionada com as primeiras actividades comerciais deste rendeiro: dedicava-se ao “contrabando” e à “troca de cavalos, a par da compra e venda”²³.

As primeiras notícias que temos dele datam de inícios do século XIX. Era já nessa altura, com cerca de 30 anos, um homem de grandes capitais e alguns bens de raiz que começava a diversificar os seus interesses. Ainda antes das Invasões Francesas dedicava-se ao empréstimo de dinheiro a juros, aparentando ser credor privilegiado de militares. Em 1807 tinha emprestado a um coronel de milícias a módica quantia de 7.160\$000 réis, dívida de que ainda se encontrava credor em 1814, aparentemente, por causa das campanhas militares²⁴. Para além deste empréstimo tinha feito um outro, numa data anterior a 1809, em conjunto com um sócio, Joaquim José Marrocos. Desta feita eram “largas somas de dinheiro” emprestadas a José Joaquim de Miranda, capitão de cavalaria. Como este não conseguia pagar a dívida, os credores, em 1809, exigiam a penhora de todos os seus bens e rendas²⁵.

É provável que esta tenha sido uma das formas com que iniciou a sua caminhada rumo à categoria de grande proprietário, de homem “que vive de seus bens”, como era denominado nos vários contratos que encontramos cerca de 20 anos mais tarde. Certo é que, já em 1807, era proprietário de duas herdades, “de Matta Lobinhos e Lombo do Bispo”, na vila de Coruche. Propriedades que andavam arrendadas a José Pires Algibebe, morador na dita vila, o qual João Ferreira Troca queria “expulçar” uma vez que pretendia “cultivar por sua conta as referidas herdades estabelecendo a competente lavoura, abiguaria, e criação de gados de que he capaz”²⁶. Em 1809 alcança a sua pretensão e toma conta das ditas propriedades²⁷. E a sua

²² Em 13 de Março de 1816 são-lhe atribuídos 46 anos de idade. Cf. IAN/TT, Registo Geral de Mercês, Lv. 1, fl. 354v.

²³ Luís Pastor de Macedo, “Uma figura tristemente célebre”, in *Olisipo*, n.º 40, Lisboa, Grupo Amigos de Lisboa, 1947, p. 187.

²⁴ Cf. IAN/TT, Desembargo do Paço, Estremadura, Maço 715, doc. 31 e Maço 1205, doc. 125.

²⁵ Cf. IAN/TT, Desembargo do Paço, Estremadura, Maço 1475, doc. 6.

²⁶ Cf. IAN/TT, Desembargo do Paço, Estremadura, Maço 397, doc. 15.

²⁷ Cf. IAN/TT, Chancelaria de D. João VI, Lv. 11, fl. 274.

capacidade ficou demonstrada, pois em 1821 tinha, já, “enormes rebanhos” a pastar em Évora (Alcobaça)²⁸.

Porém, não era homem de uma só actividade e, em simultâneo com a criação de gado, este “poderoso negociante e financeiro” investia, ou garantia os investimentos de outros, um pouco por todo o Reino²⁹. Em 1812, morando em Lisboa, ficou como fiador de Francisco Cândido Ferreira (morador na vila da Lourinhã) no contrato das sisas das cavalgaduras que principiou em Janeiro, pelo tempo de 3 anos e preço anual de 5.135\$000 réis³⁰. Em 1815, foi fiador de Francisco Rodrigues Camarate (morador em Lisboa e com “Loga de Confeiteiro”) no contrato do subsídio literário de Torres Vedras, igualmente, por 3 anos e implicando um investimento anual de 7.120\$000 réis. Em 1816, foi fiador de José Maria Cró, precisamente, um dos negociantes que viria a ser seu sócio no contrato com a Patriarcal, nove anos mais tarde. Neste caso, a associação deveu-se a um contrato sobre o subsídio literário de Leiria no valor anual de 4.500\$000 réis³¹. No ano seguinte, é a sua vez de arrematar no Conselho da Fazenda o contrato da Prebenda de Coimbra, por 4 anos e por 32.600\$000 réis, a começar em 1 de Janeiro de 1817. Foram seus fiadores Francisco José de Araújo e José Joaquim Teixeira, ambos de Lisboa³². Este último seria outro dos seus sócios em 1825. Por aqui se vê, igualmente, que a relação rendeiro/fiador era, por vezes, bem mais do que uma simples “associação de interesses” momentânea ou casual.

Também no caso de João Ferreira Troca nos apercebemos de um outro tipo de relações de que falámos acima e que envolviam membros de uma mesma família. Não temos a certeza se o atrás referido Francisco Cândido Ferreira seria seu familiar, mas não deixa de ser curioso que a mesma renda, num contrato a começar em 1818, fosse arrematada pelo filho de João Ferreira Troca, António Ferreira, pelo valor anual de 7.266\$666 réis, tendo o pai ficado como fiador³³. O mesmo aconteceria, acumulando, por vezes, com a posição de seu sócio, em 1818, no contrato das “Terças de Mirandella”; novamente, sobre a sisa das cavalgaduras em 1821;

²⁸ Cf. José Tengarrinha, *Movimentos Populares...*, Vol. II, p. 212.

²⁹ A expressão é de José Tengarrinha, quando descreve a intervenção de João Ferreira Troca num contrato sobre direitos banais, em 1816, em Penela, e é confirmada pelos valores dos contratos que descreveremos a seguir. Cf. *Movimentos Populares...*, Vol. II, pp. 104-105.

³⁰ Cf. IAN/TT, Conselho da Fazenda, Recebimento das rendas e direitos, Lv. 121, fl. 53v.

³¹ Cf. IAN/TT, Conselho da Fazenda, Recebimento das rendas e direitos, Lv. 121, fl. 117v.

³² Cf. IAN/TT, Conselho da Fazenda, Recebimento das rendas e direitos, Lv. 121, fl. 123.

³³ Cf. IAN/TT, Conselho da Fazenda, Recebimento das rendas e direitos, Lv. 121, fl. 124v. Esta relação de parentesco foi confirmada, não só, pela morada que era a mesma para os dois mas, também, pelo que é afirmado num outro contrato uns anos depois. Cf. *Idem*, Lv. 122, fl. 45v.

sobre o subsídio literário de Santarém em 1824; ou, uma vez mais, sobre a sisa das cavalgaduras em 1830 e 1833³⁴.

Logo a seguir ao Triénio Liberal e, provavelmente, aproveitando a abundante criação de gado, encontramos-lo como proprietário de uma fábrica de curtumes. Criada por provisão régia de 10 de Março de 1824 localizava-se na Junqueira, Lisboa, e produzia “solla, besêrros, carneiras e cordovões [sic]”. Em 1826 empregava 1 mestre, 13 oficiais, 2 aprendizes e 23 serventes, utilizava como matéria-prima “couros e peles verdes” e era uma fábrica “muito florescente”³⁵. Porém, não era a única que possuía pois, pela mesma altura, “na Villa de Alhandra”, tinha também “huma Fabrica de telha, e tijollo” na qual, em 1829, empregava 9 mestres e 13 oficiais³⁶. Fábricas que sabemos estarem ainda em funcionamento nas vésperas da entrada das tropas liberais em Lisboa³⁷.

A altura em que “floresce” a sua experiência industrial é, precisamente, a época em que encontramos João Ferreira Troca numa fervilhante actividade de contratador. A Revolução Liberal não parece afectá-lo, muito pelo contrário. Um pouco antes, em 13 de Abril de 1820, arrematou o contrato da sisa das carnes de Lisboa e seu termo, por 3 anos, a começar em 1 de Janeiro de 1821, pelo preço anual de 133.040\$000 réis. Porém, provavelmente por causa da Revolução Liberal, aquele contrato foi interrompido e fez-se novo pregão que andou na “Praça nos dias 5, 6 e 7 de Novembro” de 1821. No último dia o maior lanço tinha sido novamente de João Ferreira Troca que ofereceu 110.000\$000 réis, por 3 anos, entre 1822 e 1824. Aparentemente, este lanço não foi aceite e o contrato foi de novo à praça e, uma vez mais, foi ele que fez o maior lanço, desta feita mais generoso, de 129.020\$000, em 18 de Março de 1822. Contudo, esta renda não estava a ser fácil de conseguir e mais uma vez voltou à praça. Para não variar, tornou a ser ele a fazer a maior oferta, arrematando finalmente a sisa das carnes, em 22 de Maio de 1822, por 130.000\$000 num contrato de 4 anos, a começar em Janeiro de 1822³⁸. Apesar de todas as contrariedades, conseguiu poupar 3 contos de réis em relação ao contrato inicial e, ao mesmo tempo, acrescentar-lhe mais dois anos, até 1825.

³⁴ Cf. IAN/TT, Conselho da Fazenda, Recebimento das rendas e direitos, Lv. 121, fl. 126, fl. 168, fl. 187 e Lv. 122, fl. 106v, fl. 133v.

³⁵ Cf. Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas (AHMOP), Junta do Comércio, 12 (1826-1828).

³⁶ Cf. IAN/TT, Desembargo do Paço, Estremadura, Maço 625, doc. 29 e AHMOP, Junta do Comércio, 12 (1829).

³⁷ Cf. AHMOP, Junta do Comércio, 12 (1832). Em relação à primeira a indicação que temos é para 1833 e consta de uma relação manuscrita não datada que se encontra na referida cota.

³⁸ Cf. IAN/TT, Conselho da Fazenda, Recebimento das rendas e direitos, Lv. 121, fl. 163v, fl. 173, fl. 176v e fl. 177.

Este, aliás, parece ser um ano de ouro para o nosso rendeiro. Recordemos que, em Julho, ficou como principal arrematante da totalidade das rendas da Igreja Patriarcal no valor de cerca de 112 contos anuais. Porém, já desde 1823 que trazia arrematadas várias rendas, entre elas, a sisa das cavalgaduras na Alfândega das Sete Casas, a que junta, em 1826, o “Pescado Fresco” contratado por três anos com a Casa de Bragança, a mesa da portagem, a mesa da fruta e, novamente, a sisa da mesa das carnes, esta última, em sociedade com Bernardino João Afonso e Feliciano Ramires da Mata, precisamente, outro dos seus sócios no contrato da Patriarcal³⁹.

Com este último, aliás, parecia manter uma sólida sociedade, pois em 1825 encontram-se os dois a arrematar a renda do Subsídio Literário de Viseu, de Tomar e do Porto por 3 anos entre 1825 e 1827, algo que repetem neste último ano, desta feita, com o “Subsidio da Comarca de Santarem”. Este imposto parecia ser uma das suas apostas, pois sabemos que contratou, ainda, o subsídio literário de Castelo Branco, entre 1 de Janeiro de 1826 e 31 de Dezembro de 1828, os de Aveiro, Évora e Setúbal, entre 1827 e 1829, no último caso, em sociedade com Domingos José de Miranda, e, novamente, os de Tomar, como fiador de Feliciano Ramires da Mata, entre 1828 e 1830⁴⁰. Como é óbvio e tal como acontecia com outros negociantes, o objectivo era, essencialmente, garantir o lucro com a realização de várias sublocações actuando, por vezes, em sociedade⁴¹. Esquema que aplicava tanto aos contratos régios como aos dízimos, como sabemos.

Quanto a estes, para além dos da Patriarcal, arrendou igualmente comendas, dízimos pertencentes à Universidade de Coimbra em Enxara do Bispo, entre 1827 e 1831, e outros pertencentes à Coroa em S. Tirso de Paramos, entre 1826 e 1828. Nesses mesmos anos foi ainda fiador de Feliciano Ramires da Mata no contrato dos dízimos das freguesias de Massinhata de Seixas, Vilar Maior, Sanguedo e Seixezelo, também, da Coroa⁴².

No que diz respeito às rendas decimais, é curioso verificar que no contrato da Patriarcal, para além de ficar como arrematante principal da sociedade, contratou com a mesma tomar de subarrendamento os dízimos e mais rendas de diversas igrejas em Sintra, Loures, Tojal,

³⁹ Cf. *Almanaque de Lisboa para o ano de 1823*, parte II, p. 103; *Almanaque Português de 1826*, Lisboa, pp. 292, 295 e 298; IAN/TT, Notariais-Lisboa, Cartório 7B, Cx. 29, Lv. 292, fl. 120; Conselho da Fazenda, Recebimento das rendas e direitos, Lv. 122, fl. 2, fl. 10 e fl. 18.

⁴⁰ Cf. IAN/TT, Conselho da Fazenda, Recebimento das rendas e direitos, Lv. 122, fl. 29, fl. 30, fl. 31, fl. 31v, fl. 49, fl. 49v, fl. 50v, fl. 51v e fl. 61.

⁴¹ Cf. IAN/TT, Notariais-Lisboa, Cartório 7B, Cx. 29, Lv. 293, fl. 64v-65, Lv. 296, fl. 49v-50v, fl. 128v-129 e fl. 129-129v.

⁴² Cf. IAN/TT, Mesa da Consciência e Ordens, Lv. 274, fl. 1; Conselho da Fazenda, Recebimento das rendas e direitos, Lv. 122, fl. 41 e fl. 42. Veja-se, ainda, Dulce Freire, *Dízimos no distrito de Lisboa: os últimos 5 anos (1827-1831)*, Texto policopiado, Lisboa, F.C.S.H. da Universidade Nova de Lisboa, 1996, pp. 97-98.

Tojalinho, Canegas, Fanhões, Benfica, Frielas, Lumiar, Chamusca, Sacavém, Camarate e São João da Talha, bem como as respeitantes à terça do arcebispado de Évora e rendimentos de várias igrejas e herdades da mesma diocese. Tudo por um preço anual superior a 11 contos de réis⁴³. Ao mesmo tempo foi fiador de José Maria Cró nas arrematações de rendas que pertenciam à Basílica de S. Maria Maior em Mafra, Ericeira, Sintra, Odivelas, Lisboa e Barcelos. Contratos esses feitos em 30 de Julho de 1825 em Lisboa⁴⁴.

Em ambos os casos, se exceptuarmos Évora e Barcelos, não podemos deixar de reparar que correspondiam a dízimos a cobrar na periferia de Lisboa, os contratos que João Ferreira Troca garante fianças ou decide administrar sozinho, fora da sociedade que tinha estabelecido em Dezembro de 1825. Se a esta observação juntarmos o facto de este negociante deter, também, a partir de 1826 as rendas dos impostos que recaíam sobre diversos géneros alimentícios e a sua circulação, ser arrematador dos “talhos de Belém” e deter o exclusivo do fornecimento de carnes para os “Navios da Armada Real”⁴⁵, cabe perguntar que papel e influência teria no abastecimento alimentar da capital na segunda metade da década de 1820?

É difícil dar uma resposta a esta questão, porém, uma coisa parece certa: João Ferreira Troca era, nessa época, um dos grandes negociantes da capital. Bastará, para isso, fazermos um pequeno exercício de matemática e calcular os encargos a que estaria sujeito durante o ano de 1827 em todos os contratos que encontrámos e onde ele era principal ou único arrematante, sabendo que todas essas escrituras exigiam fianças de bens móveis e de raiz. E a soma de todos eles corresponde a uma verba que ronda os 140 contos de réis e que o coloca, segundo a classificação dos níveis de riqueza dos agrupamentos profissionais nos finais do Antigo Regime, elaborada por Nuno Luís Madureira, muito acima da média que foi achada para os “grandes negociantes”, cerca de 65 contos⁴⁶. Posição essa que deve ter continuado a ocupar pelo menos até 1833⁴⁷.

⁴³ Cf. IAN/TT, Notariais-Lisboa, Cartório 7B, Cx. 29, Lv. 295, fl. 26-26v e 128v-129.

⁴⁴ Cf. IAN/TT, Notariais-Lisboa, Cartório 7B, Cx. 29, Lv. 292, fl. 64v-66v.

⁴⁵ Luís Pastor de Macedo, “Uma figura tristemente célebre”, p. 188.

⁴⁶ Cf. Nuno Luís Madureira, *Inventários. Aspectos do consumo e da vida material em Lisboa nos finais do Antigo Regime*, Lisboa, Dissertação de Mestrado em Economia e Sociologia Históricas, séculos XV-XX, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 1989, p. 61. Sabemos que este é um cálculo simplista que não leva em conta, por exemplo, o papel de alguns fiadores nos contratos, porém, não deixa de ser um valor indicativo e, mais do que isso, impressionante. Cf. IAN/TT, Notariais-Lisboa, Cartório 7B, Cx. 29, Lv. 293, fl. 123-124; Conselho da Fazenda, Recebimento das rendas e direitos, Lv. 122, fl. 1v, 10, 18, 29, 31, 31v, 41, 49, 49v, 50v e 51v. Apesar de se referir, essencialmente, a finais do século XVIII, compare-se esta visão do homem de negócio com a que nos é dada por Jorge Miguel Pedreira para os negociantes de Lisboa. Cf. *Os homens de negócio...*, pp. 62, 63, 76 e 105.

⁴⁷ São várias as rendas que volta a arrematar nos períodos seguintes aos acima indicados. Veja-se por exemplo os contratos das sisas das carnes e da fruta de 1829, 1830 e 1832 ainda e sempre acompanhado por Feliciano Ramires da Mata. Cf. IAN/TT, Conselho da Fazenda, Recebimento das rendas e direitos, Lv. 122, fl. 105v, 108v e 132v.

Para além desta crescente actividade especulativa citadina, não esquecia a sua vertente de lavrador/proprietário e continuava a adquirir ou a arrendar propriedades agrícolas, inclusive, “Lisiria[s]” que, por vezes, subarrendava⁴⁸. Entre 1819 e 1825 são vários os prazos que compra nas lezírias de Vila Franca de Xira⁴⁹. Prosseguia, além disso, com a aquisição de diversos bens espalhados um pouco por todo o país e pelos quais pagava avultadas somas, note-se, em títulos de dívida pública. Foi o caso de um campo na “Villa de Abrantes”, por 30.030\$000 réis; de uma “horta no limite da Ribeira de Abrançalha”, também, em Abrantes, por 6.597\$500; de diversos bens pertencentes a uma capela na provedoria de Aveiro, por 1.800\$635 réis; dos bens de outra em Alverca, por 1.100\$000; de um prazo na vila de Almeida, provedoria de Lamego, pertencente aos bens do extinto convento de Nossa Senhora do Loreto, por 200\$000; de um casal composto por dezanove terrenos e duas casas em Valeijas e Laveiras, concelho de Lisboa, por 7 contos de réis; de um “Casal da Charneca”, no termo de Santarém, composto por “Terras de Pão, Olival, Pastagens, e Arvores de Montado” por 7.247\$000 réis; e, por fim, de uma propriedade da extinta Inquisição em Avis, provedoria de Évora, por 700\$000. Tudo isto apenas entre 1823 e 1829⁵⁰.

Não admira, por tudo o que temos vindo a referir, que neste último ano declare que “a sua caza, e cazal se acha embaraçada com muitos Contratos Reaes e outras transacções dependentes de grande apure, e liquidação, sendo outro sim certo que pela immensidade de Bens de Raiz, sitios em diversas Províncias”, não tinha ainda conseguido concluir o inventário dos seus bens que lhe era exigido por morte de sua mulher, D. Rosa Maria do Espírito Santo⁵¹. Tinha vários filhos, todos maiores em 1829. Um já conhecemos, era António Ferreira e parecia seguir os negócios do pai. Outro deles chamava-se João Ferreira da Luz e era, em parte, por causa da morte deste, ocorrida, também, em 1829, que em 1833 ainda não tinha concluído o dito inventário. Mantém, então, o mesmo discurso sobre a sua “casa” que era “summamente grande, e com Bens em diversas partes, ou para melhor dizer em quasi todo o Reino, estando outro sim complicada athe com Contratos Reais”⁵².

⁴⁸ Cf. IAN/TT, Notariais-Lisboa, Cartório 7B, Cx 29, Lv. 292, fl. 77v-78, Lv. 297, fl. 1v-2.

⁴⁹ Cf. IAN/TT, Chancelaria de D. João VI, Lv. 30, fl. 200, Lv. 40, fl. 202 e Chancelaria de D. Pedro IV – Usurpação, Lv. 12, fl. 64-68v.

⁵⁰ Cf. IAN/TT, Chancelaria de D. João VI, Lv. 19, fl. 171 e Lv. 27, fl. 219; Chancelaria de D. Pedro IV, Livro 10, fl. 63v; Chancelaria de D. Pedro IV – Usurpação, Livro 8, fl. 113-113v, Livro 9, fl. 139-140v, fl. 140v-141v, fl. 141v-142v e Lv. 12, fl. 79v-81.

⁵¹ Cf. IAN/TT, Desembargo do Paço, Estremadura, Maço 735, doc. 47 e Maço 341, doc. 19.

⁵² Cf. IAN/TT, Desembargo do Paço, Estremadura, Maço 350, doc. 16 e Maço 675, doc. 60; Chancelaria de D. Pedro IV – Usurpação, Lv. 17, fl. 76v.

Morava, pelo menos, desde 1812 na Rua do Príncipe ao Passeio Público, n.º 68, local onde se deslocavam, quase sempre, o tabelião e as várias partes envolvidas nos diversos contratos que celebrava, sendo este, pensamos, mais um sinal da importância e influência deste grande contratador de dízimos que, contudo, em todas as escrituras assinava somente de cruz! Faleceu em 1840⁵³.

V – Conclusão: os rendeiros dos dízimos e a transição para o Liberalismo

A elite dos rendeiros, identificada com negociantes de Lisboa e negociantes e alguns lavradores de Braga, fazia dos arrendamentos dos dízimos, aparentemente, apenas mais uma actividade entre outras. Eram, em grande medida, contratadores jogando com as rendas eclesiásticas, mas também com as laicas, camarárias e da Coroa. A este mundo de negócios principal, juntavam a categoria de proprietários ou, mesmo, de grandes proprietários, que se revelava essencial como garantia dos investimentos ou funcionando, por vezes, como uma forma autónoma de investimento dos lucros gerados pelos contratos, que tanto poderia ir para a compra de terras como para a construção de fábricas.

Era, assim, todo um mundo capitalista ou, se se preferir, empreendedor aquele que se adivinhava por trás do, aparentemente, simples sistema de cobrança dos dízimos. Um mundo bastante selectivo ao nível da elite, onde se movimentavam, apenas com dízimos, largas dezenas de contos de réis, em termos anuais, mas que não fechava as portas à intervenção de toda uma panóplia de indivíduos de diversificados estratos sociais e categorias profissionais, que viam no arrendamento dos dízimos um modo de fazer fortuna ou conseguirem um rendimento suplementar. Era um mundo caracterizado, uma vez mais usando palavras de José Tengarrinha, não por “qualquer privilégio social mas [pela] (...) força do dinheiro”. E esta ausência de “privilégio” parecia ser, talvez, o único ou o último entrave a uma expressão mais alargada do seu poder, a uma influência política directa⁵⁴.

Efectivamente, o Antigo Regime não reconhecia, a uma grande maioria destes indivíduos, pertencessem ou não à elite dos rendeiros, direitos políticos. Eles não faziam parte das gentes da governança das terras e muito menos, provavelmente, teriam acesso aos altos cargos administrativos. Porém, possibilitava-lhes um mundo de negócios verdadeiramente capitalista,

⁵³ Cf. Dulce Freire, *Dízimos no Distrito de Lisboa...*, p. 97.

⁵⁴ Cf. José Tengarrinha, *Movimentos Populares...*, vol. I, p. 190.

onde, através da mera especulação, ganhavam pequenas fortunas e onde, apesar de tudo, conseguiam exercer uma certa pressão política na tomada de algumas decisões, podendo representar, por exemplo, um “factor de resistência à reforma de certas cargas fiscais”, como o próprio dízimo eclesiástico⁵⁵.

A manutenção deste até 1832, sem intervenções de vulto por parte do poder central, não foi, como é óbvio, exclusivamente obra deste poder económico. Resultou, sem dúvida, do papel influente da Igreja na sociedade e junto dos órgãos de decisão; da aceitação desta prestação eclesiástica, sem grande contestação aparente por parte dessa sociedade, pelo menos, no que aos fundamentos do dízimo dizia respeito; e, provavelmente, da incapacidade política da Coroa para proceder a uma reforma profunda, tendo em conta os interesses sociais instalados e a necessidade para muitos deles, eclesiásticos ou laicos, de manutenção de um rendimento que era uma peça importante na sua sobrevivência financeira.

O Liberalismo, por sua vez, acenava ao conjunto dos rendeiros, aparentemente, com uma maior participação na vida política. Numa sondagem não exaustiva feita para 1826, verificou-se que muitos eram declarados como eleitores de paróquia ou de província e alguns chegavam mesmo a ser ilegíveis para deputados. Funcionava agora o critério económico, censitário. Porém, a legislação liberal veio, em grande medida, acabar com muitos dos negócios destes indivíduos, pondo fim a actividades muito rentáveis, de que a contratação de dízimos era um exemplo. Será que estes homens aderiram sem reservas ao novo regime? Terá sido mais importante, para eles, o factor político ou o económico? Como reagiram estes “capitalistas” ao advento das “liberdades” e à queda, pelo menos parcial, do seu mundo de negócios?

⁵⁵ Cf. José Tengarrinha, *Movimentos Populares...*, vol. I, p. 66.